



## CARTA ABERTA

### Referente segunda atualização das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade do Pampa

O Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa e a FLD expressam aqui considerações sobre a segunda atualização das **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade do Pampa**, realizada em 2018. Muitas destas considerações foram inclusive expressas nas Oficinas em que representantes, tanto do Comitê como da FLD, participaram.

- Reconhecemos o instrumento do **Mapa das Áreas Prioritárias dos Biomas** como um instrumento importantíssimo para orientar ações de conservação e políticas de desenvolvimento, com respeito à biodiversidade, aos povos e territórios.
- Defendemos que este instrumento seja efetivamente utilizado e respeitado por gestoras e gestores públicos e pelo setor privado - juntamente com o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE-RS) - como orientador de suas ações. Também defendemos que o Mapa seja amplamente divulgado junto à sociedade civil.
- Acreditamos que o processo metodológico garantiu minimamente a participação de representantes de Povos Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais que trouxeram contribuições importantes, tanto por meio do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI) como do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, o que provavelmente representa um avanço neste sentido em relação ao processo que gerou o mapa em 2007.
- Registramos, porém, que a metodologia - posta desde o Termo de Referência do FUNBIO-MMA - não permitiu que o processo respeitasse os tempos e as formas próprias dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais, conforme determina a norma supralegal 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que prevê Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Esclarecido frente a processos que afetem seu modo de vida, bem como o respeito à seus processos próprios de decisão e sua autoderminação.
- Recomendamos, portanto, que a metodologia, que é anterior ao Decreto 6040/2007 que trata da Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, seja revista, permitindo

que Oficinas prévias e com metodologia específicas sejam realizadas com estes Povos, inclusive no interior do estado, nas regiões onde estão mais presentes.

- Valorizamos os espaços reservados para o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa e valorizamos as trocas ocorridas sobre outras formas de perceber a biodiversidade. Esperamos também ter contribuído no aumento da sensibilidade para com outros modos de vida, não hegemônicos. Infelizmente fomos todas e todos educados a não perceber que há cerca de 300 povos indígenas no Brasil, falantes de cerca de 200 línguas, com modelos de desenvolvimento endógeno que em muito poderiam contribuir para repensarmos os modelos dominantes na nossa sociedade. Modelos estes que não valorizam o sagrado, as relações de reciprocidade e formas simples de viver, causando problemas como o das mudanças climáticas.
- Sabemos que podemos parecer insistentes e deslocados em espaços onde antes não estávamos presentes, mas esta tem sido uma luta constante pela visibilidade e direitos, que atualmente tem resultado no reconhecimento oficial de 29 segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil (como Quebradeiras de Coco, Catadoras de Mangaba, Povos Pantaneiros, Ilhéus, Cipozeiras e Cipozeiros, apenas para citar os segmentos de outros biomas). Entendemos que no sul do Brasil temos maior dificuldade em reconhecer e valorizar a presença de Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais.
- Acreditamos que a conclusão do processo de revisão das áreas prioritárias para conservação do Pampa foi extremamente positivo, pois foi pioneiro na inclusão de todos os segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais presentes no bioma (Benzedeiras e Benzedores, Comunidades Quilombolas, Pecuaristas Familiares, Pescadoras e Pescadores Artesanais, Povo Cigano, Povos Indígenas, Povo Pomerano e Povos Tradicionais de Matriz Africana/Povo de Terreiro), servindo de referência para os processos futuros em todos os biomas brasileiros. Um exemplo positivo, já sentido no processo, foi a participação de representantes de Povos e Comunidades Tradicionais nos processos de revisão das áreas prioritárias da Mata Atlântica e da Zona Costeira e Marinha, em 2018, após tomarem conhecimento da participação de representantes do Comitê no processo em curso no bioma Pampa.

Bioma Pampa, Porto Alegre, 23 de novembro de 2018.

Rosecler Winter (Povo Cigano)

pelo **Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa**

Juliana Mazurana

pela **Fundação Luterana de Diaconia - FLD**